



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

EDITAL PADRÃO – PREGÃO ELETRÔNICO – Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022

AQUISIÇÕES – ENTREGA ÚNICA
EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: (<https://www.gov.br/compras>)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 27/05/2026, às 10:30 horas

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADA(SIM)- EXCLUSIVIDADE PARA ME/EPP/

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade



- 1 Embasamento legal
- 2 Objeto
- 3 Condições de participação
- 4 Da participação de licitantes sob a forma de consórcio
- 5 Acesso às informações
- 6 Impugnação do edital
- 7 Do orçamento estimado
- 8 Apresentação da proposta de preços
- 9 Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços
- 10 Etapa de lances e negociação
- 11 Modo de disputa
- 12 Julgamento
- 13 Habilitação
- 14 Fase recursal
- 15 Adjudicação e homologação
- 16 Preço e dotação
- 17 Condições do ajuste
- 18 Penalidades
- 19 Disposições gerais

II ANEXOS

ANEXO I: Termo de Referência – Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto;

ANEXO II: Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III: Modelo de Declarações;

ANEXO IV: Modelo Declaração de Não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;

ANEXO V: Modelo de Declaração Microempresa e Empresas de Pequeno Porte.

ANEXO VI: Minuta de Contrato;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SMC, situada na Rua Líbero Badaró, 346 – Centro Histórico, São Paulo – Capital, CEP: 01008-905, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de (menor preço total por lotes), objetivando a aquisição de equipamentos de comunicação e produção audiovisual de alto desempenho, destinados ao aparelhamento e modernização do setor de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - **UASG nº 925054**, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado **o início da sessão às 10:30 horas, do dia 27/05/2026**

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocios.cidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – **(identificar unidade)**.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, do Decreto Municipal nº 56.475/2015, da Lei Complementar nº 123/2006, e das demais normas aplicáveis.

2 OBJETO

2.1 O presente pregão tem por objeto a aquisição de equipamentos de comunicação e produção audiovisual de alto desempenho, destinados ao aparelhamento e modernização do setor de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, conforme sintetizado a seguir:

2.2. Será facultada a cada licitante a participação em quantos itens (lotes) forem de seu interesse, podendo sagrar-se vencedora em quaisquer deles.

2.3 Para usufruir do tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006, de acordo com o quadro constante da cláusula 2.1, as microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar as regras estabelecidas pelo Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

2.3.1. A obtenção dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.3.2. Tratando-se de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação “não”, no campo próprio de que trata a cláusula 2.3, impedirá o prosseguimento no certame para o item.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação, **EXCLUSIVAMENTE**, as microempresas e empresas de pequeno porte assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição, que:

- a) atender a todas as exigências deste edital e de seus anexos;
- b) **possuir cadastro ativo no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).**

b.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.

b.2) É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

c) ter objeto social pertinente e compatível ao licitado;

d) **não** estar em processo de falência;

3.2 NÃO é admitida a participação na licitação de interessados que se enquadrem nas seguintes hipóteses de vedação:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

b) pessoa jurídica, cujo sócio majoritário tenha sido apenado com a sanção de proibição de contratar com o poder público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, nos termos do art. 12, da Lei Federal nº 8.429/1992.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

e) OSCIPs atuando nessa condição;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

g) sociedades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.2.1 Também NÃO poderá participar, direta ou indiretamente da presente licitação, agente público do(a) Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, devendo ainda ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.2.1.1 As vedações previstas na cláusula 3.2.1 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da licitação ou contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.4 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4 DA PARTICIPAÇÃO DE LICITANTES SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1 *Fica vedada a participação de consórcios, para que se promova e cumpra as normas de incentivo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas conforme Decreto Municipal I nº 56.475/2015*

5 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

5.1 Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou informações relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

5.2 Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

6 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

6.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br em seu corpo ou documento anexo.

6.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

a) se o impugnante for pessoa física, documento emitido por órgão de identificação dos Estados, Distrito Federal e/ou documento que seja reconhecido por lei como documento de identificação, em via física ou digital; e comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) se o impugnante for pessoa jurídica, comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário da impugnação efetivamente representa a impugnante, bem como os documentos de identificação do signatário mencionados no item 6.1.1.a.

6.2 Caberá ao Pregoeiro se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

6.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

6.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial da Cidade – DOC.

6.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.



6.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

6.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

7 DO ORÇAMENTO ESTIMADO

7.1. A publicidade do orçamento estimado permanecerá restrita até a abertura da fase recursal, nos termos do art. 32 do Decreto nº 62.100/2022.

7.1.1. A restrição temporária da publicidade do orçamento estimado não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

8 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço *total do lote*, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às seguintes declarações, em campo próprio do sistema:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/2021, caso cooperativa;

c) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, caso enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

d) Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A proposta deverá contemplar, necessariamente, os quantitativos previstos na cláusula 2.1 deste Edital, sendo vedada a apresentação de proposta para quantitativos inferiores, sob pena de desclassificação.

8.3 A licitante deverá consignar na sua proposta o Valor Total do Lote e a descrição do objeto ofertado, observado o Termo de Referência - Anexo I deste Edital, indicando a marca e o fabricante do produto.

8.4 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

8.5 A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.6 A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

8.7 A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

8.8 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos, e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame.

8.9 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

8.10 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, observado o disposto neste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com número de CPF e respectivo cargo na licitante.

8.11 A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

9 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1 Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

9.2 A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

9.3 Serão desclassificadas as propostas:

- a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b)** que por ação da licitante ofertante, nos momentos do procedimento em que o sigilo seja essencial, contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c)** estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;

9.4 A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

9.5 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

9.6 Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.



10 ETAPA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

10.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

10.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação, bem como o Modo de Disputa previsto na Cláusula 11 deste Edital.

10.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de **0,01% (um centésimo por cento)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

10.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persista por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado o que segue, no tocante aos itens (lotes) para os quais incida o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, conforme descrito na cláusula 2.1 deste Edital:

10.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

10.8.2 Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

10.8.3 Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

10.8.4 Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

10.9 Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

10.10 Encerrada a etapa de lances da sessão pública e definida a licitante que apresentou o melhor preço, o pregoeiro deverá com ela negociar, mediante troca de mensagens no sistema eletrônico, com vistas à obtenção de melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.10.1 Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, a licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação, caso verificada a hipótese da cláusula 10.11 deste Edital.

10.10.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, bem como anexação aos autos do processo.

10.11 Quando o primeiro colocado, em que pese à negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a proposta será desclassificada e a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes, observada a ordem de classificação.

10.12 O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável mediante solicitação fundamentada e autorização do Pregoeiro, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

10.13 Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11 MODO DE DISPUTA ABERTO

11.1 No modo de disputa aberto os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos em sessão pública com duração de 10 (dez) minutos com prorrogação automática quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos.

11.2 A prorrogação automática será de dois minutos e ocorrerá de forma sucessiva enquanto houver lances enviados nesse período.

11.3 Não havendo novos lances a sessão pública encerrar-se-á automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

11.4 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.5 Admitido o reinício, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

11.6 Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

12 JULGAMENTO

12.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **menor preço total por lote**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

12.2 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço em relação ao estimado para a contratação.

12.3 Nesta fase serão consultados os cadastros previstos no item 13.7 em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

12.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

12.5 Será desclassificada a proposta vencedora nas hipóteses da cláusula 9.3.

12.6 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

13 HABILITAÇÃO

13.1 Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

13.2 A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no SICAF.

13.3 Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

13.3.1 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio consultarão os documentos exigidos neste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

13.3.2 Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

13.3.3 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

13.4 Por meio de aviso lançado no sistema, via "chat", o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

13.5.1 Habilitação jurídica:

a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;



Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

- b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas, quando tal informação já não estiver contida no documento de que trata a alínea b desta cláusula;
- d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício quando tal informação já não estiver contida no ato constitutivo;
- e)** Ato de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País
- f)** Ato de registro ou autorização expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b)** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- c)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- d)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - d.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução SF/PGE nº 02/2013, ou a que suceder.
- e)** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos municipais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
 - e.1)** No caso de a licitante ter domicílio ou sede no Município de São Paulo, a prova de regularidade perante a Fazenda Municipal se dará por meio da Certidão Negativa Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda.
- e)** Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).
- f)** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de correspondente certidão negativa.

13.5.3 Qualificação econômico-financeira

- a)** Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;
 - a.1)** Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.



13.5.4 Qualificação técnica

a) Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o fornecimento anterior de materiais audiovisuais e componentes eletrônicos pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

a.1) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

13.5.5 Outros Documentos de habilitação:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021

b) Declaração de inexistência de fato impeditivo de sua habilitação, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de ciência sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

13.5.5.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no ANEXO III do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

13.6. A licitante, para fins de habilitação, deverá observar as disposições gerais que seguem:

13.6.1 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

13.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

13.6.3 Os documentos serão apresentados em original, por cópia autenticada ou por cópia simples com autenticidade declarada por advogado sob sua responsabilidade pessoal.

13.6.4 A autenticidade dos documentos emitidos via Internet será conferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.6.5 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.5.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

13.6.5.2 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

13.6.6 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

13.6.7 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

13.6.8 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

13.6.9. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa

13.7 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça (CNIA – CNJ), no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>

c) Portal e-sanções do Governo do Estado de São Paulo, no endereço eletrônico www.esancoes.sp.gov.br

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico https://capital.sp.gov.br/web/gestao/w/coordenadoria_de_bens_e_servicos_cobes/empresas_punidas/9255

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>

13.7.1 As consultas realizar-se-ão em nome da licitante, da matriz (quando filial seja a licitante), e de seus sócios majoritários.

13.8 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

13.8.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.8.1.1 Para o(s) item(ns)/lote(s) em que haja incidência do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensão, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

13.8.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

13.8.3 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.8.4 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.8.5 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

14 FASE RECURSAL

14.1 Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

14.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.

14.3 Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.4 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

14.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

14.7 O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

15 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16 PREÇO E DOTAÇÃO

16.1 O preço do objeto contratado será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.

16.2 Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

16.3 Não haverá reajuste de preços nem atualização, salvo quando ultrapassado o interregno de 1 (ano) da data do orçamento estimado, caso em que será aplicado o índice previsto no contrato, nas condições nele previstas.

16.4 Os recursos necessários para a contratação, onerarão as dotações descritas abaixo, do orçamento vigente.

Nota de Reserva nº 36.580/2026 - onerando a dotação orçamentária nº 25.10.13.122.4001.2.100.33903000.00.1.500.9001.0 - Material de Consumo;

Nota de Reserva nº 36.581/2026 - onerando a dotação orçamentária nº 25.10.13.122.4001.2.100.44905200.00.1.500.9001.0 - Material Permanente.

17 CONDIÇÕES DO AJUSTE

17.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de *(indicar o prazo)*, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Edital.

17.1.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do interessado, desde que:

a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

17.2 Para a contratação, deverá ser verificada a permanência das condições de regularidade fiscal, social e trabalhista (cláusula 13.5.2 deste Edital) da adjudicatária e, ainda, consultados os cadastros previstos na cláusula 13.7 deste Edital.

17.2.1 Como condição para a contratação, deverá restar comprovado, ainda, que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006.

17.3 A licitante adjudicatária deverá ter registro atualizado no Cadastro de Credores junto à Secretaria



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

Municipal da Fazenda (SF), ou, caso não possua, deverá providenciá-lo no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a partir da homologação do certame, junto ao setor de contabilidade da Contratante, sob pena de configurar recusa na contratação para fins de aplicação das penalidades previstas neste Edital.

17.4 É facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

17.4.1 Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão cientificadas para participar da sessão pública.

17.4.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgado nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> /e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar

17.4.3 Na sessão, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17.4.4 Caso frustrada a providência descrita na cláusula 17.4.3, serão convocados os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário e desde que compatível com os valores de referência para o certame (art. 90, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), procedendo-se, em seguida, à averiguação das condições de habilitação, conforme especificações deste edital, até o encontro de proposta que atenda a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

18 PENALIDADES

18.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto nº 62.100/2022, e aquelas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

18.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito de prévia intimação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste, se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério do órgão licitante;

18.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas na cláusula 18.2 a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pelo não cumprimento das condições necessárias para tanto, salvo na hipótese de boa-fé da adjudicatária.

18.3 Serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” da cláusula 18.2 à licitante que:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

18.3.1 deixar de entregar a documentação exigida no certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame ou, se microempresa ou pequena empresa, não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim;

18.3.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

18.3.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.3.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.3.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

18.3.2.4 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.3.3 ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes;

18.3.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.3.5 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.3.5.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.3.5.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.3.5.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.3.6 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.3.7 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.4. Poderá, ainda, ser aplicada à licitante, pela autoridade competente, nas hipóteses das cláusulas 18.2 e 18.3, por meio de decisão fundamentada, a pena de inidoneidade de 3 (três) até 6 (seis) anos, observado o disposto no § 5º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.5 A sanção de multa poderá ser cumulada com as demais.

18.6 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Supervisão de Licitações, Compras e Almoxarifado e deverão ser enviados pelo correio eletrônico smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br

18.6.1 Caso o órgão licitante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição editalícia, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.7 O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias a partir da intimação da licitante.

18.7.1 A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

18.8 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.9 São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei Federal nº 12.846/2013.

19 DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e do princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3 As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de São Paulo não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4 As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1 A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5 A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6 O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos, especialmente nos casos omissos.

19.7 A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8 O Pregoeiro poderá promover diligências destinadas à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item acima, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

19.8.2 Havendo impossibilidade por parte da licitante de enviar os arquivos exigidos no Edital durante a sessão pública via sistema eletrônico, o pregoeiro poderá autorizar o envio do respectivo documento para o e-mail corporativo: smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br.

19.9 Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10 Integrarão contrato, para todos os fins, a proposta vencedora, a Ata da licitação e este Edital da Licitação, com seus anexos, independentemente de transcrição.

19.11 Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.13 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.14 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.15 Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.16 O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.17 O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.18 O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1

19.19 As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão dirimidas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto nº 62.100/2022.

19.20 Para a execução deste contratação, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

19.21 Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 13 de Maio de 2026.
Pregoeira: Marcelle Guimarães



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Objeto: O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de equipamentos de comunicação e produção audiovisual de alto desempenho, destinados ao aparelhamento e modernização do setor de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo.

1. Definição dos materiais

1.1 A contratação contempla o fornecimento de bens permanentes, novos e de primeiro uso, tecnicamente compatíveis entre si, incluindo:

LOTE/GRUPO 1 – Drone Exclusividade para ME /EPP			
Item	Descrição	Especificação Técnica	Quantidade
1	Drone Mini 3 (Com tela)	Drone compacto e dobrável para captação de imagens aéreas, com peso igual ou inferior a 250 gramas, câmera integrada com sensor de alta resolução capaz de registrar fotos e vídeos em alta definição (mínimo 4K), estabilização por gimbal mecânico de três eixos, transmissão de vídeo em tempo real de longo alcance, modos inteligentes de voo e captura automatizada, sistema de posicionamento por GPS e sensores de estabilidade, bateria inteligente com autonomia prolongada, controle remoto dedicado com tela integrada para visualização ao vivo sem necessidade de smartphone, armazenamento interno ou compatibilidade com cartão de memória e recursos de segurança como retorno automático ao ponto de decolagem	2

LOTE/GRUPO 2 – Smartphone e Acessórios Exclusividade para ME /EPP			
Item	Descrição	Especificação Técnica	Quantidade
1	Telefone celular de alto desempenho	Smartphone premium com tela Super Retina XDR OLED de 6,9 polegadas com resolução de 2868 × 1320 pixels (≈460 ppi) ou superior, tecnologia de atualização adaptativa até 120 Hz ou superior, suporte a HDR, True Tone, ampla gama de cores P3, Dynamic Island e tela sempre ativa; preferencialmente com construção unibody em alumínio com frente e traseira em Ceramic Shield 2 e certificação de resistência IP68 a água, poeira e respingos; disponível em capacidades de 1 TB de armazenamento interno; equipado com o processador de alto desempenho dedicado de última geração; sistema de câmeras	1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

		traseiras com três sensores de 48 MP com estabilização óptica, incluindo lente principal, ultra-angular e telefoto com zoom óptico estendido, suporte a múltiplos modos de fotografia profissional, Photonic Engine, Deep Fusion e Smart HDR 5; câmera frontal de 18 MP com foco automático e flash Retina; gravação de vídeo em alta resolução com suporte a 4K Dolby Vision, modo Cinema, vídeo em câmera lenta, time-lapse com estabilização e formatos profissionais como ProRes e ProRes RAW; sensores integrados para Face ID e posicionamento, áudio estéreo com redução de ruído de vento e suporte a áudio espacial; conectividade 5G, Wi-Fi avançado e Bluetooth moderno, com porta USB-C compatível com carga, DisplayPort e transferência de dados de alta velocidade; bateria interna recarregável com autonomia e acessórios de suporte e recarga por cabo e carregamento magnético sem fio; sistema operacional móvel proprietário e recursos de segurança avançados.	
2	Estabilizador para smartphone	Estabilizador eletrônico portátil de três eixos para smartphone, com sistema de estabilização motorizada para compensação de movimentos em pan, tilt e roll, compatível com aparelhos de diferentes tamanhos por meio de suporte ajustável, controle de inclinação e rotação pelo punho, modos inteligentes de acompanhamento de objeto e rosto, conexão sem fio via Bluetooth para controle de gravação, bateria interna recarregável de longa duração, entrada para fixação em tripé padrão universal (rosca 1/4"), construção leve e resistente, adequado para captação de vídeo profissional e produção de conteúdo audiovisual.	1
3	Cage gaiola estabilizadora para celular	Gaiola estabilizadora (cage) para smartphone de 6.9 polegadas, construída em liga metálica leve e resistente, com estrutura ajustável compatível com diferentes tamanhos de aparelhos, múltiplos pontos de fixação padrão 1/4" e sapatas tipo cold shoe para acoplamento de microfones, iluminadores e outros acessórios, empunhaduras laterais ergonômicas removíveis, base com rosca universal para montagem em tripé ou monopé, design que permita acesso livre a botões e entradas do dispositivo, proporcionando maior estabilidade e versatilidade para captação de vídeo e fotografia móvel.	1

**LOTE/GRUPO 3 – Câmeras e Lentes
Exclusividade para ME /EPP**

Item	Descrição	Especificação Técnica	Quantidade
1	Câmera fotográfica digital mirrorless fullframe	Câmera fotográfica digital do tipo mirrorless com sensor full-frame (35 mm) de alta resolução, processador de imagem avançado com ampla faixa dinâmica e excelente desempenho em baixa luminosidade, sistema de foco automático com detecção de fase no sensor e múltiplos pontos de foco, incluindo rastreamento de rosto e olhos, disparo contínuo em alta velocidade, visor eletrônico de alta definição, gravação de vídeo em resolução mínima 4K com perfis de cor avançados, estabilização de imagem no corpo (IBIS) de múltiplos eixos, dupla entrada para cartão de memória, conectividade integrada via Wi-Fi e Bluetooth, corpo compacto com construção robusta	1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

		e vedação contra poeira e umidade, compatível com lentes intercambiáveis de montagem profissional.	
2	Câmera fotográfica Digital DSLR full-frame	Câmera fotográfica digital do tipo DSLR com sensor full-frame (35 mm) de alta resolução, processador de imagem de última geração, ampla faixa dinâmica e excelente desempenho em baixa luminosidade (ISO expansível), sistema de foco automático avançado com múltiplos pontos de detecção, disparo contínuo em alta velocidade, visor óptico com cobertura próxima a 100%, gravação de vídeo em alta definição (mínimo Full HD, preferencialmente 4K), corpo com construção robusta e vedação contra poeira e umidade, dupla entrada para cartão de memória, conectividade sem fio integrada (Wi-Fi e/ou Bluetooth) e compatibilidade com lentes intercambiáveis de montagem profissional padrão EF ou equivalente.	2
3	Baterias recarregáveis para câmeras fotográficas digitais (modelo compatível com câmeras DSLR, item 2)	Baterias recarregáveis de íons de lítio, específicas para câmeras fotográficas digitais do tipo DSLR (item 2), com tensão e capacidade compatíveis com o equipamento adquirido, circuito interno de proteção contra sobrecarga, superaquecimento e curto-circuito, indicador de nível de carga integrado, ausência de efeito memória, alta durabilidade em ciclos de recarga e total compatibilidade física e eletrônica com o compartimento original da câmera	1
4	Lente fotográfica com zoom ótico RF 24-70MM 2.8 e compatível com câmera que será adquirida	Lente fotográfica intercambiável com faixa de distância focal equivalente a 24– 70 mm, abertura constante f/2.8 em toda a extensão do zoom, sistema de foco automático rápido e silencioso, construção óptica com elementos de baixa dispersão e tratamento antirreflexo, estabilização óptica de imagem integrada, estrutura selada contra poeira e umidade, encaixe tipo baioneta compatível com sistema de câmeras mirrorless full frame com montagem RF já adquirida, garantindo total compatibilidade física e eletrônica com o corpo da câmera.	1
5	Lente fotográfica com zoom ótico EF 70-200mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida	Lente fotográfica intercambiável com faixa de distância focal equivalente a 70– 200 mm, abertura constante f/2.8 em toda a extensão do zoom, construção óptica de padrão profissional com elementos de baixa dispersão e revestimentos antirreflexo, sistema de foco automático rápido e preciso com motor interno, estabilização óptica de imagem integrada, estrutura robusta com vedação contra poeira e umidade, encaixe tipo baioneta padrão EF, totalmente compatível física e eletronicamente com o corpo de câmera que será adquirido	1
6	Lente fotográfica EF 17-35mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida	Lente fotográfica intercambiável grandeangular com faixa de distância focal equivalente a 17–35 mm, abertura constante f/2.8 em toda a extensão do zoom, construção óptica de padrão profissional com elementos de baixa dispersão e revestimentos antirreflexo para controle de aberrações e reflexos, sistema de foco automático com motor interno de alta precisão, estrutura robusta com vedação contra poeira e umidade, encaixe tipo baioneta padrão EF, totalmente compatível física e eletronicamente com o corpo de câmera que será adquirido	1

**LOTE/GRUPO 4 – Acessórios de Equipamentos Audiovisuais
Exclusividade para ME /EPP**



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

Item	Descrição	Especificação Técnica	Quantidade
1	Microfone condensador direcional com conexão XLR	Microfone condensador direcional (padrão tipo “shotgun”), com captação supercardioide ou hipercardioide para uso em captação de voz e áudio direcional, conexão balanceada padrão XLR de 3 pinos, alimentação via phantom power (48V), baixa taxa de ruído próprio, ampla resposta de frequência adequada para gravações profissionais, corpo metálico resistente com proteção contra interferências eletromagnéticas, compatível com câmeras, gravadores e mesas de som que possuam entrada XLR, indicado para produções audiovisuais, entrevistas e gravações externas.	2
2	Kit com 2 baterias recarregáveis e carregador compatíveis com câmeras fotográficas digitais	Kit composto por duas baterias recarregáveis de íons de lítio, específicas para câmeras fotográficas digitais, com tensão e capacidade compatíveis com o equipamento do item 2, circuito interno de proteção contra sobrecarga, superaquecimento e curto-circuito, alta durabilidade em ciclos de recarga e ausência de efeito memória, acompanhado de carregador bivolt automático, com indicadores luminosos de status de carregamento, totalmente compatível física e eletronicamente com o modelo de câmera apresentado no item 2.	2
3	Flash eletrônico externo com compatibilidade universal	Flash eletrônico externo portátil, com alimentação por baterias ou pilhas recarregáveis, número-guia compatível com uso profissional, cabeça articulável com movimentação vertical e horizontal para rebatimento de luz, controle manual de potência em múltiplos níveis, modo automático TTL compatível com os principais sistemas de medição do mercado, sincronização por sapata padrão universal tipo “hot shoe” e possibilidade de disparo remoto por rádio ou célula óptica integrada, garantindo ampla compatibilidade com diferentes modelos de câmeras fotográficas.	1
4	Bastão de iluminação LED para vídeo e fotografia	Bastão de iluminação portátil com tecnologia LED de alto brilho para uso em vídeo e fotografia, com temperatura de cor ajustável (faixa aproximada de 3.200K a 5.600K ou superior), controle de intensidade luminosa contínuo, índice de reprodução de cor (IRC/CRI) elevado para fidelidade de cores, alimentação por bateria interna recarregável ou fonte externa, estrutura leve e resistente, difusor integrado para luz suave e uniforme, rosca padrão para fixação em tripés ou suportes de iluminação e operação silenciosa adequada para captação audiovisual profissional.	2
5	Tripé profissional com cabeça semi-hidráulica para câmeras	Tripé profissional para câmeras fotográficas e de vídeo, com estrutura em alumínio ou fibra de carbono de alta resistência, pernas com travas independentes e ajuste de altura telescópico, capacidade de carga compatível com equipamentos profissionais, pés emborrachados antiderrapantes com opção de ponteiros metálicos, coluna central com ajuste de altura e nível bolha integrado, acompanhado de cabeça semihidráulica com controle de fluidez para movimentos suaves de pan (horizontal) e tilt (vertical), sistema de contrapeso, braço de comando	1



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

		ergonômico e placa de engate rápido padrão universal para fixação segura da câmera.	
6	Estabilizador cage gaiola para câmera	Gaiola estabilizadora (cage) para câmera fotográfica ou de vídeo, confeccionada em liga de alumínio usinado de alta resistência, com encaixe preciso ao corpo da câmera e fixação por parafuso padrão 1/4", estrutura com múltiplos pontos de montagem (roscas 1/4" e 3/8") e sapatas tipo cold shoe para acoplamento de acessórios como microfones, monitores e iluminadores, laterais e parte superior com trilhos ou furações padronizadas para expansão modular, base compatível com placas de engate rápido padrão universal, design que mantenha acesso livre aos botões, portas e compartimento de bateria/cartão, proporcionando proteção estrutural e maior estabilidade para uso profissional em vídeo e fotografia.	2
7	Cartão de Memória	Cartão de memória tipo SD com capacidade de 256 GB, padrão SDXC, alta velocidade de leitura e gravação compatível com gravação de vídeo em alta resolução (Full HD e 4K), classificação mínima Classe 10 e UHS-I (ou superior), índice de velocidade U3 ou equivalente para desempenho contínuo, sistema de proteção contra água, choque, raios X e variações de temperatura, indicado para uso em câmeras fotográficas, filmadoras e drones profissionais.	1

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pela necessidade de atualização tecnológica do setor de comunicação institucional, considerando que os equipamentos atualmente disponíveis se encontram obsoletos e insuficientes para atender às demandas contemporâneas de produção audiovisual.

No cenário atual, a comunicação pública exige atuação dinâmica, digital e em tempo real, com produção de conteúdos em alta resolução, transmissões ao vivo com estabilidade e capacidade de resposta ágil às demandas da sociedade, dos órgãos de controle e dos demais atores institucionais. Nesse contexto, a defasagem tecnológica compromete a eficiência operacional, reduz a qualidade das entregas institucionais e impacta negativamente a transparência e a publicidade das ações governamentais.

A limitação dos recursos existentes impede o pleno atendimento às exigências das plataformas digitais, especialmente quanto à qualidade técnica e à agilidade na produção de conteúdo, gerando retrabalho, aumento do tempo de execução e prejuízos à efetividade da comunicação institucional.

A adoção de equipamentos de maior capacidade técnica permitirá a otimização dos fluxos de trabalho, a redução do tempo de produção e a ampliação da autonomia da equipe interna, diminuindo, ainda, a dependência de contratações externas para demandas rotineiras.

Adicionalmente, a Secretaria desempenha papel estratégico na promoção da cultura e da economia criativa, sendo responsável pela cobertura de eventos de grande porte e pelo registro histórico das ações culturais da cidade. A modernização dos equipamentos contribuirá para elevar o padrão técnico das produções e fortalecer a comunicação pública.

Dessa forma, a aquisição de equipamentos de comunicação e produção audiovisual de alto desempenho não se configura como gasto supérfluo, mas como investimento necessário ao adequado



desempenho das atividades institucionais, à ampliação da transparência pública e à preservação da memória cultural da cidade de São Paulo.

A solução adotada consiste na aquisição de um conjunto integrado de equipamentos audiovisuais, tecnicamente compatíveis entre si, capaz de atender de forma eficiente e contínua às demandas do setor de comunicação institucional.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

No contexto atual, a comunicação institucional deixou de se limitar a canais tradicionais, passando a exigir atuação dinâmica, digital e em tempo real. Nesse cenário, o smartphone e demais materiais solicitados consolidaram-se como ferramentas essenciais de trabalho, desempenhando funções que vão além da comunicação interpessoal, abrangendo a captação, edição e disseminação de conteúdo audiovisual.

A Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa, por sua natureza, atua diretamente na cobertura de eventos culturais de grande porte, tais como festivais, exposições, apresentações artísticas e manifestações populares, os quais demandam registro e divulgação imediata. A utilização de dispositivos móveis de alta performance possibilita a produção de conteúdos com qualidade técnica compatível com os padrões exigidos pelas plataformas digitais, incluindo gravação em alta resolução, estabilização de imagem, captação de áudio com fidelidade e transmissão ao vivo sem interrupções.

Sob o ponto de vista técnico, os produtos de alta performance apresentam capacidade de processamento avançada, sistemas de câmeras com múltiplas lentes e recursos de inteligência computacional, armazenamento adequado e conectividade de alta velocidade, características indispensáveis para garantir eficiência na produção e publicação de conteúdos institucionais.

Para além disso, a contratação encontra amparo no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal, o qual impõe à Administração Pública o dever de adotar os meios mais adequados para a consecução de suas finalidades. Nesse sentido, a escolha por equipamentos tecnologicamente superiores não apenas é permitida, como recomendada.

Adicionalmente, a Lei nº 14.133 de 2021 estabelece que a contratação pública deve buscar a proposta mais vantajosa para a administração pública, não se restringindo ao menor preço, mas considerando aspectos de qualidade, desempenho e custo-benefício ao longo do ciclo de vida do objeto.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 A solução deverá assegurar a produção de conteúdo audiovisual de alto padrão, a cobertura de eventos em tempo real, o registro histórico das atividades institucionais com elevada qualidade técnica e a integração entre captação, edição e divulgação de conteúdo.

4.2 Todos os produtos deverão ser novos, sem utilização anterior.

4.3 A pedido dos fiscais, todos os aparelhos poderão ser apresentados e testados pela empresa contratada no momento da entrega.

4.4 No caso de falhas, erros, quebras, danos totais ou parciais de 1(um) ou mais materiais, a empresa contratada deverá fornecer outro (s) equipamentos que guardem reserva de qualidade, marca e modelo anteriormente apresentados ou quando possível, de qualidade superior.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 Os bens a serem adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos:



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

5.1.1 Todos os produtos deverão apresentar padrões mínimos de alto desempenho e que sejam compatíveis com produção audiovisual profissional, tal como justificadas por este termo de referência.

5.1.2 Todos os equipamentos deverão no que couber manter padrões de capacidade e de gravação, áudio, vídeo, transmissão, transmissão em tempo real em alta resolução e de forma simultânea e integrada, se necessário for, conforme descritivo técnico.

5.1.3 Todos os equipamentos deverão manter compatibilidade técnica, quando aplicáveis, bem como entre os equipamentos e seus acessórios. Não serão aceitos equipamentos técnicos desconexos ou que não guardem as responsabilidades de utilização e manuseio de acordo com a garantia e critérios especificados pelo fabricante.

5.1.3.1 Não serão aceitos produtos que apresentam baixa ou má qualidade, ou que tenham um desempenho médio ou que ainda não apresentem ou possuam condições de assistência técnica dentro da municipalidade de São Paulo.

5.1.3.2 Todos os equipamentos principais e acessórios devem guardar proporcionalidade da qualidade ofertada, bem como de similaridade de marca, compatibilidade de modelo e utilização dentro dos parâmetros de garantia e de uso adequado estipulado pelo fabricante.

5.1.4 Todas as interfaces, incluindo de áudio e vídeo devem possuir alta fidelidade.

5.1.5 Todos os aparelhos pleiteados por este termo de referência devem possuir alto grau de conectividade e recarga própria, independente e de alta eficiência.

5.1.6 Todos os aparelhos devem estar e serem entregues em conformidade com normas técnicas aplicáveis, inclusive com as certificações, autorizações e homologações da ANATEL e registro ANAC, quando necessários.

5.1.7 Todos os aparelhos devem ser apresentados com catálogo com a descrição do item, marca, modelo, ano de fabricação, manual, número de série, cor fornecida, apresentação de todos os critérios técnicos de resolução, conectividade, memória, capacidade de armazenamento, bateria e garantia mínima do fabricante;

5.1.8 Todos os equipamentos devem ser apresentados com rol de disponibilidade de assistência técnica no território nacional e na capital de São Paulo.

5.1.9 Todos os equipamentos devem ser fornecidos com manuais de instrução e softwares, quando necessários ao pleno funcionamento dos itens, drives etc.

5.1.10 Fica vedada à subcontratação em todo ou em parte para qualquer item destes termos de referência;

5.1.11 Fica vedada a participação de consórcios, para que se promova e cumpra as normas de incentivo ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas;

5.1.12 O Contratado é responsável integralmente pela aquisição, traslado, carga, descarga, recarga, substituição, troca, trajeto, logística, logística reversa, contratação de profissionais adequados e especializados para a plena execução de todas as etapas do serviço, bem como do custeio das condições de seguridade social de seus funcionários, inclusive no que diz respeito a seguros, férias, licenças, acidentes de trabalho e quais queres questões que possam recair até o fim da execução contratual.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

5.1.12.1 Em nenhuma hipótese a Administração Pública fornecerá servidores, sejam eles comissionadas, efetivos ou terceirizados, para a realização e cumprimento de etapas na execução do objeto.

5.1.12.2 Caberá a contratada a demonstração de pleno funcionamento dos itens quando solicitado pelo agente de contratação ou um dos fiscais. A demonstração deverá ser realizada por agente técnico especializado da contratada.

5.2 Da qualificação técnica

5.2.1 Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome e sob cadastro de pessoa jurídica da licitante, de forma única e exclusiva, salvo as permissões legais, sendo de sua matriz ou de sua filial, sob a qual deseja participar. Sendo necessária a expedição e assinatura do documento por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove a entrega regular e de qualidade de materiais audiovisuais e componentes eletrônicos que mantenham similaridade com o objeto pleiteado neste termo de referência.

5.2.2 O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta comercial, catálogo técnico, ficha técnica, manual do fabricante ou documento equivalente dos produtos ofertados, contendo especificações detalhadas que permitam a verificação do atendimento integral aos requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.3 Da vistoria técnica e agendamento de reuniões

5.3.1 As empresas interessadas, poderão realizar a vistoria no local da entrega dos materiais, devendo, para tanto, ser agendado, previamente, data e horário junto ao setor de comunicação através dos e-mails gmonteirosantos@PREFEITURA.SP.GOV.BR e suzanerodrigues@PREFEITURA.SP.GOV.BR

5.3.2 A não realização da vistoria técnica, não afastará ou excluirá a empresa licitante interessada na participação do processo administrativo licitatório;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O prazo para a entrega de todos os materiais será de 15 (quinze) dias corridos, contados da apresentação da ordem de fornecimento.

6.2 A entrega deverá ser realizada no endereço Rua Libero Badaró, nº 346, CEP: 01008-905, centro histórico de São Paulo, Capital.

6.3 A entrega deverá ser ajustada e agendada pela empresa contratada, com os fiscais do setor de comunicação através do e-mail: gmonteirosantos@prefeitura.sp.gov.br e suzanerodrigues@prefeitura.sp.gov.br

6.4 A entrega deverá ser realizada de forma única, ficando vedada a entrega parcial dos materiais que são objetos deste termo de referência.

6.5 A entrega parcial só poderá ser realizada pela contratada, após requerimento justificado, motivado, apresentado e aceito formalmente pelo (a) ao agente de contrato e aos fiscais do contrato.

6.6 Cada objeto deve ser entregue embalado individualmente e apresentado com os manuais de uso, locais de assistência técnica, certificado de garantia além de acessórios de uso básico como suporte, baterias, cases, controles remotos, cabos, alças dentre outros que se fizerem necessários para o pleno funcionamento dos objetos.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

6.7 Se no ato da entrega, houve constatação pelos fiscais de inadequações sejam elas da natureza do produto (vício), dano físico, supressão de peças principais ou acessórias, quebra, furto, roubo, acidentes que envolvam agentes químicos, acidentes que envolvam agentes naturais, manuseio indevido, violação das embalagens, não apresentação de certificados ou garantias dos produtos. O fiscal estará desobrigado a aceitar e concluir a entrega.

6.8 No caso de inadequações de 1 (um) ou mais objetos, o fiscal poderá recusar a entrega no todo ou na (s) parte (s) que houver constatado o vício.

6.9 No caso de verificação de inadequações, a empresa contratada deverá realizar nova entrega de novo (s) produto (s) dentro do prazo estipulado pelos fiscais que será estipulado de acordo com os critérios de necessidade, oportunidade e vantagem da administração pública.

6.10 No ato da entrega, todos os objetos deverão estar acompanhados de notas fiscais; que deverão constar valor, nome do produto, datas de entrada e saída, local de entrega e assinatura do responsável.

6.11 Todo o custeio de carga e descarga dos objetos, trajetos, impostos, taxas, multas, questões trabalhistas, questões de seguridade social, seguro de acidentes, treinamentos técnicos e demais serão integralmente suportados pela contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado em parcela única, em até 30 (trinta) dias da entrega integral do objeto e mediante o ateste do recebimento definitivo pelo fiscal do contrato.

7.2 A contratada deverá manter todas as condições de regularidade e habilitação em conformidade com as especificações deste termo de referência, edital e contrato.

7.3 A contratada deverá entregar a comprovação de sua regularidade e demais aspectos quando solicitado, pelo setor competente, para fins de recebimento dos valores pactuados.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

**ANEXO II
PROPOSTA DE PREÇOS**

A..... (empresa) inscrita no CNPJ sob nº estabelecida na....., nº....., telefone nºs....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

LOTE/GRUPO 1 - DRONE

Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Drone Mini 3 (Com tela), de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
VALOR TOTAL GRUPO 01 R\$						

LOTE/GRUPO 2 – SMARTPHONE E ACESSÓRIOS

Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Telefone celular de alto desempenho, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
02	Estabilizador para smartphone, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
03	Cage gaiola estabilizadora para celular, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
VALOR TOTAL GRUPO 02 R\$						

LOTE/GRUPO 3 – CÂMERAS E LENTES

Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Câmera fotográfica digital mirrorless fullframe, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
02	Câmera fotográfica Digital DSLR full-frame, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

03	Baterias recarregáveis para câmeras fotográficas digitais (modelo compatível com câmeras DSLR, item 2) , de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
04	Lente fotográfica com zoom ótico RF 24-70MM 2.8 e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
05	Lente fotográfica com zoom ótico EF 70-200mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
06	Lente fotográfica EF 17-35mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
VALOR TOTAL GRUPO 03 R\$						

LOTE/GRUPO 4 – ACESSÓRIOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS

Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Microfone condensador direcional com conexão XLR, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
02	Kit com 2 baterias recarregáveis e carregador compatíveis com câmeras fotográficas digitais, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Kit com 2 unidades	2			
03	Flash eletrônico externo com compatibilidade universal, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
04	Bastão de iluminação LED para vídeo e fotografia, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
05	Tripe profissional com cabeça semi- hidráulica para câmeras, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
06	Estabilizador cage gaiola para câmera, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
07	Cartão de Memória, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.		1			
VALOR TOTAL GRUPO 04 R\$						

Para fins de lances na sessão de pregão será considerado o PREÇO TOTAL POR LOTE.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. Prazo de entrega:



Rua Líbero Badaró, 346 – Centro Histórico, São Paulo - SP, CEP: 01008-905 – 6º Andar
e-mail: smccaflicitacoes@prefeitura.sp.gov.br



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR
DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.**

**ANEXO III
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES - HABILITAÇÃO
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)**

A _____ (empresa) inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, inscrito no CPF sob
o nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo, bem como no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos;
- 4) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- 5) estar ciente sobre a impossibilidade de contratar com a Administração Municipal caso possua inscrição no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL.

(local do estabelecimento) , de _____ de 20..

Representante Legal/Procurador
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

**** Deverá ser apresentada somente se a empresa não estiver cadastrada como Contribuinte no Município de São Paulo.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de _____ de 2026.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

PROCESSO: 6025.2026/0007462-7

**CONTRATANTE (UASG): SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO – GABINETE (UASG 925054)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE/GRUPO

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR
DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.**

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

_____, [nome da empresa],
_____, [qualificação: tipo de sociedade (Ltda, S.A, etc.), localizada
(endereço completo) _____, inscrita no CNPJ sob o nº
_____, neste ato representada pelo Sr.(a) _____, [cargo] _____
[nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade nº _____, inscrito no
CPF sob o nº _____, **DECLARA**, sob as penalidades do artigo 299 do Código Penal,
que se enquadra como :

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 4/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por qualquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

Local e data

(Assinatura do Representante Legal da Empresa)
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 90008 - SMC-G-2026

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO E PRODUÇÃO AUDIOVISUAL
DE ALTO DESEMPENHO, DESTINADOS AO APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DO SETOR
DE COMUNICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DE
SÃO PAULO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I DESTE EDITAL.**



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

ANEXO VI **MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO Nº []
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 6025.2026/0007462-7

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através de (órgão)

CONTRATADA: [●]
CNPJ Nº [●]

OBJETO: [●]

VALOR UNITÁRIO: R\$ [●] ([●]).
VALOR TOTAL: R\$ [●] ([●]).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: [●]
NOTA(S) DE EMPENHO: [●]

O Município de São Paulo, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA, com sede na Rua Libero Badaró nº 350 – Centro Histórico, CEP: 01008-905 na cidade de São Paulo/SP, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 49.269.244/0001-63, neste ato representado(a) por Senhor Chefe de Gabinete, Senhor ROGÉRIO CUSTÓDIO DE OLIVEIRA, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) (nome contratada), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº (número), sediado(a) na (endereço), doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa e procuração (se for o caso), tendo em vista o que consta no Processo nº 6025.2026/0007462-7 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Lei Complementar nº 123/2006, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 6025.2026/0007462-7, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de equipamentos de comunicação e produção audiovisual de alto desempenho, destinados ao aparelhamento e modernização do setor de comunicação da Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, conforme especificações do Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. O Edital de Licitação;

1.2.3. A Proposta da CONTRATADA;

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência do contrato é de 15 (quinze) dias corridos contados da sua assinatura.

2.2. O prazo de vigência poderá ser prorrogado, em situações excepcionais e justificadas, geralmente por motivos de força maior, caso fortuito, ou fatos imputáveis à própria Administração Pública. A solicitação deve ser formalizada pelo contratado antes do vencimento do prazo, fundamentada e comprovada.



2.3. Quando a não conclusão do objeto decorrer de culpa do Contratado:

2.3.1. A CONTRATADA será constituída em mora, aplicáveis as penalidades previstas na lei e neste instrumento;

2.3.2. A CONTRATANTE poderá optar pela extinção do contrato, mediante a aplicação das penalidades previstas na lei e neste instrumento.

2.4. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. As condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, que integra este contrato.

3.2. Será observado o seguinte cronograma para a entrega do objeto: 15 (quinze) dias corridos contados da sua assinatura

3.3. Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega nas seguintes condições:

- a)** apresentados até a data final prevista para a entrega; e
- b)** instruídos com as justificativas e respectiva comprovação.

3.4. O objeto deverá ser entregue nos seguintes locais:

A entrega deverá ser realizada no endereço Rua Libero Badaró, nº 346, CEP: 01008-905, centro histórico de São Paulo, Capital.

3.5. A entrega do objeto será acompanhada dos seguintes documentos:

- a)** Cópia da requisição de fornecimento de materiais/cronograma de entrega;
- b)** Nota fiscal, nota fiscal-fatura ou documento equivalente.

3.6. O(s) objeto(s) será(ão) recebido(s), consoante o disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas pertinentes.

3.7. Se durante a atividade de fiscalização o fiscal verificar elementos indicadores de irregularidades ou vícios de qualidade, bem como disparidades com as especificações estabelecidas para produto, poderá, a qualquer momento e fundamentadamente, submetê-lo à análise laboratorial, às custas da CONTRATADA, conforme o caso.

3.8. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

3.9. Em caso da identificação de produtos que não estejam em conformidade com as Especificações Técnicas descritas no Termo de Referência, a CONTRATADA responsabilizar-se-á por todas as despesas e encargos decorrentes da substituição de objetos em desconformidade no prazo de (*indicar o prazo*), bem como se compromete a entregar o objeto licitado, sanadas todas as ressalvas apresentadas, independentemente das sanções previstas na lei e neste instrumento.

3.10. Verificada a compatibilidade da entrega com o estabelecido neste contrato, o fiscal do contrato atestará a sua conformidade.

3.11. O recebimento do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

Especificações Técnicas do Objeto verificadas posteriormente, nos termos do art. 18 da Lei Federal n.º 8.078/1990.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. O valor total da presente contratação de R\$ (.....), correspondente a soma dos itens descritos na tabela abaixo, conforme proposta apresentada pela CONTRATADA, parte integrante deste ajuste:

LOTE/GRUPO 1 - DRONE						
Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Drone Mini 3 (Com tela), de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
VALOR TOTAL GRUPO 01 R\$						

LOTE/GRUPO 2 – SMARTPHONE E ACESSÓRIOS						
Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Telefone celular de alto desempenho, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
02	Estabilizador para smartphone, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
03	Cage gaiola estabilizadora para celular, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
VALOR TOTAL GRUPO 02 R\$						

LOTE/GRUPO 3 – CÂMERAS E LENTES						
Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Câmera fotográfica digital mirrorless fullframe, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
02	Câmera fotográfica Digital DSLR full-frame, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
03	Baterias recarregáveis para câmeras fotográficas digitais (modelo compatível com câmeras DSLR, item 2) , de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

04	Lente fotográfica com zoom ótico RF 24-70MM 2.8 e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
05	Lente fotográfica com zoom ótico EF 70-200mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
06	Lente fotográfica EF 17-35mm f/2.8L e compatível com câmera que será adquirida, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
VALOR TOTAL GRUPO 03 R\$						

LOTE/GRUPO 4 – ACESSÓRIOS DE EQUIPAMENTOS AUDIOVISUAIS

Item	Especificações	Unidade Fornecimento	Quant.	Marca	Valor unitário	Valor total
01	Microfone condensador direcional com conexão XLR, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
02	Kit com 2 baterias recarregáveis e carregador compatíveis com câmeras fotográficas digitais, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Kit com 2 unidades	2			
03	Flash eletrônico externo com compatibilidade universal, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
04	Bastão de iluminação LED para vídeo e fotografia, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
05	Tripé profissional com cabeça semi- hidráulica para câmeras, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	1			
06	Estabilizador cage gaiola para câmera, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.	Unidade	2			
07	Cartão de Memória, de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.		1			
VALOR TOTAL GRUPO 04 R\$						

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na seguinte dotação orçamentária: (*indicar a dotação orçamentária correspondente*)

5.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega da nota fiscal ou nota fiscal/fatura acompanhada da documentação exigida na Portaria SF nº 275/2024 e alterações.

6.2. Caso necessárias providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será suspensa, retomando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

6.3. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente de titularidade da CONTRATADA no Banco do Brasil, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010.

6.4. Havendo atraso no pagamento por parte da CONTRATANTE, a CONTRATADA terá direito à compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05/2012 e alterações.

6.4.1 A compensação financeira será calculada aplicando-se, à parcela em atraso, o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

6.6. Os pagamentos não isentam a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicam na plena aceitação do objeto.

6.7. Os pagamentos obedecerão às normas da Secretaria Municipal da Fazenda.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1 O preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte etc., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.

7.2 Não haverá reajuste de preços nem atualização.

7.3 Para fazer às despesas do Contrato, foi emitida a nota de empenho nº, no valor de R\$(), onerando a dotação orçamentária nº..... do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerarem as dotações do orçamento próprio.

7.4 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante,



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais

7.5 As hipóteses excepcionais ou de revisão de preços serão tratadas de acordo com a legislação vigente e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

7.6 Poderá ser restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. A CONTRATANTE se compromete a executar todas as obrigações contidas no(a) Termo de Referência, e neste contrato, cabendo-lhe especialmente:

8.1.1. cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que o regem;

8.1.2. proporcionar todas as condições necessárias à boa execução do contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração;

8.1.3. designar 1 (um) ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme os requisitos de art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como o(s) seu(s) suplente(s);

8.1.4. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas, observado o disposto no art. 120 do Decreto nº 62.100/2022;

8.1.5. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

8.1.6. efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido na cláusula sexta do presente contrato;

8.1.7. verificada a existência de qualquer infração contratual, relatar os fatos e iniciar o procedimento de aplicação de penalidade, nos termos previstos no contrato, observada a legislação vigente;

8.1.8. aplicar ou propor a aplicação das penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer disposições;

8.1.9. exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da permanência das condições requeridas para a contratação;

8.1.10. atestar a execução do contrato e sua qualidade, indicando qualquer ocorrência, se for o caso, em processo próprio, onde será processado o pagamento;

8.1.11. realizar o recebimento do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

8.2. A fiscalização do contrato pelo CONTRATANTE não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância às cláusulas contratuais.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATADA:

9.1.1. entregar os produtos de acordo com as normas técnicas exigidas e com estrita obediência às leis vigentes;

9.1.2. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.1.3. manter durante toda a vigência do contrato, o padrão de qualidade e as especificações técnicas descritas no Termo de Referência e nos demais documentos que integram o presente instrumento;

9.1.4. responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais;

9.1.5. executar, sem ônus para a CONTRATANTE, as ações necessárias à correção e revisão de falhas verificadas nos produtos e em sua entrega;

9.1.6. responsabilizar-se por todos os prejuízos que porventura sejam causados à CONTRATANTE ou a terceiros, em razão da execução do contrato;

9.1.7. comparecer, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, aos seus escritórios ou em outro local indicado em até (*indicar o prazo*), para examinar e prestar esclarecimentos relacionados ao objeto;

9.1.8. apontar e manter um preposto responsável pela boa condução da execução contratual;

9.1.9. cumprir os prazos estabelecidos, conforme cronograma, mantendo a CONTRATANTE informada do produto e entrega;

9.1.10. assumir a responsabilidade sobre encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los em época própria;

9.1.11. assumir encargos fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto contratual;

9.1.12. assumir a responsabilidade, no caso de troca ou reposição de produto entregue fora das especificações técnicas ou com defeito aparente, nos termos e prazos do art. 26 da Lei Federal nº 8.078/1990;

9.1.13. cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.1.14. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.1.15. oferecer amostras para análise da conformidade, sempre que necessário, mediante justificativa da CONTRATANTE, assumindo o ônus das análises;



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

9.1.16. comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

9.1.17. cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.1.18. comunicar à CONTRATANTE toda alteração em seus dados cadastrais, para atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As Partes obrigam-se a observar e cumprir a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas federais e municipais aplicáveis sobre o tema, em todas as atividades de tratamento de dados pessoais que decorram, direta ou indiretamente, da execução deste Contrato.

10.2 A CONTRATADA compromete-se a cooperar com a CONTRATANTE no atendimento tempestivo e adequado às solicitações dos titulares de dados pessoais, nos termos do art. 18 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), exclusivamente mediante requisição formal da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DO PRODUTO

12.1. A presente contratação possui previsão de garantia contratual do bem a ser fornecido, incluindo assistência técnica, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e nas cláusulas seguintes.

12.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, a do Fabricante.

12.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a CONTRATANTE.

12.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria CONTRATADA, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

12.5. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - INFRAÇÕES E PENALIDADES

13.1. Pelo descumprimento do presente contrato, serão aplicadas as penalidades previstas nesta cláusula.

13.2. Multa por atraso na entrega do objeto: 1% (um por cento) sobre o valor referente à quantidade que deveria ser entregue, por dia de atraso, até o limite de 15% (quinze por cento).

13.2.1. Ocorrendo atraso superior a 15 (quinze) dias, a CONTRATANTE deverá recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso.

13.2.2. Na hipótese da subcláusula 13.2.1, o objeto poderá ser recebido, excepcionalmente, mediante justificativa da CONTRATANTE, aplicada a multa estabelecida na cláusula 13.2.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.3. Multa por entrega do objeto em desacordo com as especificações técnicas: 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto entregue incorretamente, sem prejuízo da obrigação de reposição e entrega do objeto de acordo com as especificações.

13.4. Multa por inexecução parcial do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor referente à parcela inexecutada.

13.5. Multa por inexecução total do contrato: 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual.

13.5.1. Na mesma multa incorrerá a CONTRATADA quando, por qualquer outra razão, der causa à rescisão do contrato pela CONTRATANTE.

13.6. Multa por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste ajuste não contempladas nas cláusulas acima: 2% (dois por cento) do valor total da contratação, podendo ser reduzida pela metade por manifestação da fiscalização ou da gestão do contrato quando demonstrada a baixa lesividade do descumprimento.

13.6.1. Na hipótese desta cláusula 13.6., poderá, ainda, ser proposta pelo gestor/fiscal do contrato, de maneira fundamentada, a aplicação da pena de ADVERTÊNCIA em vez da multa, quando não se justificar a imposição de penalidade pecuniária.

13.7. Nas hipóteses das cláusulas 13.4 e 13.5, ficará a critério do órgão competente da Administração a aplicação concomitante, em decisão fundamentada:

a) da pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração, observado o disposto no art. 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) da pena de inidoneidade por até 6 (seis) anos, observado o disposto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021

13.8. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, eventual reincidência, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.9. As sanções são independentes e a aplicação da penalidade de multa não exclui a aplicação concomitante das demais penalidades.

13.10. O prazo para pagamento das multas será de 30 dias a partir da intimação da CONTRATADA.

13.10.1. A multa será devida após a aplicação da penalidade tornar-se definitiva, esgotados eventuais recursos interpostos pela CONTRATADA.

13.10.2. O valor das multas poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

13.10.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

13.11. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação da Unidade Requisitante, esclarecendo os fatos ou problemas que motivaram o inadimplemento, ou, na hipótese de caso fortuito ou força maior, que a CONTRATADA comprove a ocorrência do evento que a impediu de cumprir a obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário, conforme previsto no art. 146 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

13.12 A CONTRATANTE, por conveniência e oportunidade, observado o disposto na cláusula 13.8, poderá converter a multa pecuniária, não superior a R\$ 150,00, em advertência.

13.13. O procedimento para aplicação de penalidade observará o disposto nos artigos 145 a 148 do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

13.14. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. O contrato será extinto quando da conclusão do seu objeto.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

15.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma nos termos do art. 114, II, do Decreto nº 62.100/2022.

15.2. As Partes declaram ter ciência dos deveres de conduzir os seus negócios de maneira legal, ética e transparente, conforme requisitos das Normas Anticorrupção incluindo, mas não se limitando à Lei Federal nº 12.846/2013, e de estender a todos os seus dirigentes, empregados, contratados e colaboradores, assim como terceiros que as representem, a obrigação de cumprir estas diretrizes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal 62.100/2022 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor - e nas normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante prévia celebração de termo aditivo, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês, nos termos do art. 132 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.5. O pedido de revisão de preços será apreciado nos termos do procedimento previsto na legislação municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1 Este contrato e seus eventuais aditamentos deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas, nos termos do artigo 174 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Diário Oficial da Cidade de São Paulo e nos sistemas eletrônicos oficiais, conforme previsto no art. 150 do Decreto nº 62.100/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO

19.1 As controvérsias relativas à execução e à interpretação deste contrato serão solucionadas amigavelmente por meio de negociação entre as partes.

19.2 Não havendo solução consensual, fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial decorrente deste contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

[Local] [●], [dia] [●] de [mês] [●] de [ano] [●].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- [●]

2- [●]